

... continuação

Impacto Bioenergia Alagoas S.A.			
	31/03/2024	31/03/2023	01/04/2022
16. Obrigações trabalhistas e sociais			
Salários e férias a pagar	3.829.179	3.477.098	2.994.289
INSS a recolher	4.677.325	4.909.110	2.926.011
Pro-labore a pagar	53.619	182.699	128.789
FGTS a recolher	262.194	253.153	252.783
	8.822.31	8.822.060	6.301.872
17. Obrigações tributárias			
Parcelamentos tributários	2.241.497	4.450.985	3.950.289
INSS a recolher	-	1.584.871	743.976
ISS a recolher	357.063	1.351.942	667.476
IRRF a recolher	1.289.211	1.026.302	181.118
PIS a recolher	156.099	111.432	79.501
Contribuição sindical	3.049	-	-
IRPJ/CSLL	2.761.258	-	-
ICMS a recolher	5.892	5.891	2.931
	6.814.069	8.531.423	5.625.291
Circulante	6.260.683	6.847.884	2.829.417
Não circulante	553.386	1.683.539	2.795.874
18. Adiantamento de clientes			
Adiantamentos recebidos de clientes	22.914.033	44.356.097	19.187.553
Credores p/mercadorias a entregar	7.452.490	1.495.009	1.495.009
	22.914.033	51.808.587	20.682.562
Passivo circulante	7.841.657	7.841.657	7.841.657
Passivo não circulante	15.072.376	-	15.072.376
19. Contingências – Atualmente, a Companhia está exposta a contingências de natureza fiscal, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de sua operação. A política de provisão adotada pela Companhia leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito a provisão de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da própria Companhia e de seus assessores legais. Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía litígios de perda provável no montante de R\$1.858.213 no polo passivo, para os quais mantêm o reconhecimento da provisão, com base nas estimativas dos assessores jurídicos. No polo ativo, existe, substancialmente, o processo de nº 0810388-71.2021.4.05.8000 contra a Fazenda Nacional, que versa sobre assegurar o seu direito líquido e certo de que passe a recolher o Salário-Educação e as contribuições ao SENAI, SESI, SEBRAE, e INCRA, e respectivos adicionais com a observância do "limite máximo do salário de contribuição", que é de "vinte vezes o maior salário-mínimo vigente no País, cuja probabilidade de êxito é provável, no valor de R\$ 211 mil. Por se tratar de um ativo contingente, os ativos somente serão reconhecidos quando sua realização for "praticamente certa".			
20. Patrimônio líquido – 20.1. Capital social: Em 31 de março de 2024, o capital social, no montante de R\$ 16.594.000 (2020 – R\$ 5.394.000), sendo, R\$ 13.894.000 integralizados e R\$ 2.700.000 a integralizar, está representado por 10.894.000 ações ordinárias e 3.000.000 ações preferenciais, não resgatáveis, nominativas, sem valor nominal.			
21. Receita operacional líquida			
31/03/2024	31/03/2023		
31/03/2024	31/03/2023	01/04/2022	
Acúcar	267.307.540	194.082.541	
Etanol	131.410.307	106.996.035	
Mel rico CJM	26.241.680	18.617.445	
Cana de açúcar	444.296	1.126.675	
Serviços de industrialização por encomenda	8.037.923	9.246.391	
Melaco	36.086	133.960	
CBIOS	4.894.543	2.564.081	
Sucata	643.248	304.354	
Mercadorias do Almoarifado	64.215	1.300.882	
Outros	5.760	3.413	
Receita bruta	439.085.598	334.375.777	
ICMS sobre faturamento	(19.720.940)	(14.455.049)	
COFINS sobre faturamento	(4.954.450)	(1.174.178)	
INSS sobre faturamento	(3.706.044)	(3.091.892)	
PIS sobre faturamento	(1.077.460)	(255.313)	
IPI sobre faturamento	(1.134)	(2.586)	
Devoluções/vendas canceladas de açúcar	(196.544)	-	
IR sobre faturamento	(49.500)	(300.000)	
ISS sobre faturamento	(29.706.072)	(19.357.549)	
	409.379.526	315.018.228	
22. Informações sobre a natureza dos custos, despesas e outras receitas reconhecidas nas demonstrações do resultado			
31/03/2024	31/03/2023		
31/03/2024	31/03/2023	01/04/2022	
Materia prima	(352.970.612)	(291.800.107)	
Aluguel de máquinas e equipamentos	-	(9.237.937)	
Depreciação	(1.425.052)	(905.589)	
Depreciação IFRS 16	(5.794.063)	(5.794.063)	
Despesa com férias	-	(1.578.099)	
Despesa tributária	(315.501)	(296.030)	
Despesas administrativas	(1.964.795)	(1.964.795)	
Frete/Vendas	(4.833.804)	-	
Estoque/Embarque	(4.631.140)	-	
Despesas com pessoal	(8.699.481)	(8.699.481)	
Outras receitas e despesas(a)	33.041.774	24.587.361	
	(345.004.592)	(293.743.387)	
Custos dos produtos vendidos	(352.970.612)	(291.800.107)	
Despesas gerais e administrativas	(6.911.329)	(10.349.586)	
Despesas com pessoal	(8.699.481)	(8.699.481)	
Despesas comerciais	(9.464.944)	(7.257.767)	
Outras receitas e despesas, líquidas	33.041.774	24.587.361	
	(345.004.592)	(293.743.387)	
(a) Refere-se preponderantemente à apropriação de crédito presumido de ICMS.			
23. Resultado financeiro			
31/03/2024	31/03/2023		
31/03/2024	31/03/2023	01/04/2022	
Juros sobre contas a receber	12.264.024	9.660.292	
Variação cambial ativa	3.322.426	1.625.040	
Outras receitas financeiras (a)	3.014.616	1.126.053	
	18.601.066	12.411.385	
Juros sobre tributos	(1.897.543)	(511.140)	
Juros sobre empréstimos	(21.075.334)	(19.567.702)	
Juros sobre contas a pagar	(190.440)	(567.723)	
Variação cambial passiva	(4.977.522)	(1.905.412)	
Outras despesas financeiras (b)	(20.952.892)	(1.063.798)	
	(49.093.731)	(23.615.775)	
	(30.492.665)	(11.204.390)	
As despesas financeiras estão representadas, basicamente por taxas e juros cobrados por instituições financeiras. As receitas financeiras são oriundas de rendimentos decorrentes de aplicações financeiras e por encargos financeiros de contas ativas em atraso. (a) As outras receitas financeiras são compostas de descontos obtidos, juros sobre multas com partes relacionadas e recuperações de gastos. (b) As outras despesas financeiras são referentes a juros/encargos de arrendamento, perda na posição da data base sobre proteções e despesas bancárias.			
24. Tributos sobre lucro			
31/03/2024	31/03/2023		
31/03/2024	31/03/2023	01/04/2022	
Lucro líquido antes dos impostos	33.882.269	10.070.451	
Alíquota vigente	34%	34%	
Tributos pela alíquota vigente	11.519.971	3.423.953	
(Exclusões), adições líquidas (a)	(9.900.169)	(8.455.165)	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.979.048)	-	
Alíquota efetiva	12%	-%	
A Companhia não reconheceu o ativo fiscal diferido sobre saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, por não apresentar expectativa de lucro fiscal tributável nos próximos exercícios, consequentemente, o saldo de prejuízo fiscal está sendo controlado nas escriturações fiscais e será reconhecido quando a Companhia apurar o primeiro resultado fiscal tributável, e o ativo será reconhecido na proporção da expectativa de realização futura. Em 15 de dezembro de 2023 o governo brasileiro aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRRJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. A Companhia, a partir do 01 de janeiro de 2024 não está considerando os valores de subvenção na exclusão da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Adicionalmente, não identifica riscos de continuidade operacional relacionado a esse assunto, bem como não identifica a necessidade de			

reconhecimento de provisão para impairment de ativos de longo prazo e imposto de renda diferido ativo. (a) Os principais eventos de exclusões/adção e redução são: incentivo SUDENE, crédito presumido de ICMS, receita de Cbios, perdas indedutíveis e ajustes e despesas financeiras não dedutíveis.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros – No período de 1º de abril de 2023 a 31 de março de 2024 a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles apresentados na nota explicativa nº 7, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

a) Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia são expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. **b) Risco de mercado: Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descalçamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de tesouraria. **c) Gestão de capital:** A gestão do capital é realizada pela administração da Companhia, com enfoque no incremento do valor do negócio a longo prazo tanto para os acionistas e investidores, como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados. Para este propósito é necessário o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos. Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e de outros valores de liquidez imediata. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida. **d) Gestão ambiental:** O parque industrial e as atividades relacionadas as plantações relacionadas as atividades da Companhia estão sujeitas a regulamentação ambiental. A Companhia reduz os riscos associados a questões ambientais por meio de procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. Com base nas leis e normas vigentes no Brasil, a Administração da Companhia acredita que, atualmente, não é necessária a constituição de nenhuma provisão para perdas referentes a questões ambientais.

26. Eventos subsequentes – A Administração considerou que não houve outros eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de março 2024, até a data da conclusão das referidas demonstrações.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

capacidade de o Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não

dos controles internos relativos aos contratos de arrendamentos, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. **Operações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 as demonstrações contábeis de 31 de março de 2024, a Companhia mantém operações com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Dessa forma, essas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalvas com relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da

com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Companhia; ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ■ Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió, 31 de maio de 2024.

BDO BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC-2SP 013.846/O-1 – S/AL
Leonardo da Silva Vilar Gomes Contador CRC-1PE 021.026/O-9 – S/AL

